

Educação do Campo: Impactos da nucleação e do transporte escolar na garantia de acesso à educação

 Enildo Chaves Caldas¹,  Eraldo Souza do Carmo²

^{1,2} Universidade Federal do Pará – UFPA. Campus Universitário do Tocantins/Cametá (UFPA/CUNTINS). Programa de Pós-graduação em Educação e Cultura. Trav. Pe. Antônio Franco, 2617, Bairro da Matinha. Cametá – PA. Brasil.

Autor para correspondência/Author for correspondence: enildochavesaldas@gmail.com

RESUMO. Este artigo examina a educação do campo no Brasil, destacando as dificuldades enfrentadas devido à infraestrutura inadequada e a escassez de recursos, que afetam a qualidade da educação. O objetivo foi compreender como a política pública de transporte escolar no Pará vem sendo retratada na literatura. A metodologia é qualitativa, com ênfase na análise documental de normas e políticas relacionadas ao transporte escolar, com um recorte temporal entre 2009 e 2023. Foram analisadas dissertações e documentos relevantes a fim de identificar as lacunas e desafios na implementação das políticas públicas. O estudo revela que, apesar dos programas Caminho da Escola e PNATE, há desigualdades na distribuição de recursos e problemas persistentes na infraestrutura do transporte, tais como: sucateamentos dos veículos, falta de logística na rota e cumprimento da legislação. Em face disso, destacamos a necessidade de uma abordagem colaborativa para garantir a igualdade educacional em todas as localidades do estado paraense.

Palavras-chave: educação do campo, transporte escolar, Pará.

RBEC	Tocantinópolis/Brasil	v. 10	e19489	UFNT	2025	ISSN: 2525-4863
------	-----------------------	-------	--------	------	------	-----------------



Rural Education: Impacts of nucleation and school transportation on guaranteed access to education

ABSTRACT. This article examines rural education in Brazil, highlighting the difficulties faced due to inadequate infrastructure and a lack of resources, which affect the quality of education. The aim was to understand how public policy on school transportation in Pará has been portrayed in the literature. The methodology is qualitative, with an emphasis on document analysis of norms and policies related to school transportation, with a time frame between 2009 and 2023. Relevant dissertations and documents were analyzed in order to identify gaps and challenges in the implementation of public policies. The study reveals that, despite the Caminho da Escola and PNATE programs, there are inequalities in the distribution of resources and persistent problems in transport infrastructure, such as scrapping of vehicles, lack of logistics on the route and compliance with legislation. In view of this, we highlight the need for a collaborative approach to ensure educational equality in all localities in the state of Pará.

Keywords: rural education, school transportation, Pará.

Educación rural: repercusiones de la nucleación y el transporte escolar en el acceso garantizado a la educación

RESUMEN. Este artículo examina la educación rural en Brasil, destacando las dificultades enfrentadas debido a la insuficiencia de infraestructuras y a la falta de recursos, que afectan a la calidad de la enseñanza. El objetivo fue entender cómo la política pública de transporte escolar en Pará ha sido retratada en la literatura. La metodología es cualitativa, con énfasis en el análisis documental de normas y políticas relacionadas con el transporte escolar, con un marco temporal entre 2009 y 2023. Se analizaron disertaciones y documentos relevantes para identificar lagunas y desafíos en la implementación de las políticas públicas. El estudio revela que, a pesar de los programas Caminho da Escola y PNATE, existen desigualdades en la distribución de los recursos y problemas persistentes en la infraestructura de transporte, como el desguace de vehículos, la falta de logística en la ruta y el cumplimiento de la legislación. En vista de ello, destacamos la necesidad de un enfoque colaborativo para garantizar la igualdad educativa en todas las localidades del estado de Pará.

Palabras clave: educación rural, transporte escolar, Pará.

Introdução

Esse artigo é um recorte da dissertação, intitulada “Educação no Campo: uma análise da política de acesso ao transporte escolar”, cujo objetivo consiste analisar as condições de oferta do transporte escolar aos alunos da escola do campo Professor Pastor Antenor Rodrigues de Freitas, localizada na Vila Angelinópolis, Baião-Pará.

O modelo educacional rural é um espaço de disputa, onde o campo frequentemente é visto como apenas um espaço de produção por parte dos empresários latifundiários (Molina; Jesus, 2004). Para romper com esse ideologismo dominante e excludente, a Educação do Campo busca valorizar o camponês, priorizando a conscientização e a formação integral, concebendo o campo como “... um espaço rico e diverso, ao mesmo tempo, produto e produtor de cultura” (Munarim, 2011, p. 11).

À medida que reconhecemos o campo como um espaço criativo, cultural e cheio de vida, reafirma-se a necessidade de construirmos uma educação pensada “para o campo” e “no campo” como pontua Molina (2004). A Educação do Campo é uma política educacional em processo em construção, seja por meio das políticas e dos marcos normativos importantes, como sua demarcação nos artigos 23 e 28 da Lei de Diretrizes e Bases (LDB) 9394/1996 (Brasil, 1996). Neste processo é importante destacar, as iniciativas do Estado como: o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA) e o Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo (PROCAMPO).

Adicionalmente, o Parecer nº1/2006 promoveu a integração da aprendizagem formal com os saberes locais, adotando como base a Pedagogia da Alternância. Posteriormente, a Resolução n.º 2/2008, estabeleceu diretrizes complementares, para o desenvolvimento de políticas públicas para a educação básica do campo. No ano de 2010, deu-se um importante passo, a instituição do Decreto nº 7.352/2010, que dispõe sobre a política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - PRONERA. Por fim, a Educação do Campo foi incorporada nos planos nacionais de educação, principalmente, o de 2014-2024, instituído pela lei 13.005/2014 (Brasil, 2014).

Embora os avanços históricos na consolidação da Educação do Campo sejam significativos para o desenvolvimento educacional nessas comunidades, esses progressos são marcados por contradições, as quais não se limitam apenas às questões latifundiárias, mas

incluem desafios como o acesso inadequado à política de transporte escolar que compromete os direitos básicos da Educação no Campo.

Nesse contexto, o transporte escolar é reafirmado como frente das políticas públicas. Assim, foram criados programas, dentre eles o Programa Nacional de Transporte Escolar (PNTE), criado pela Portaria Ministerial n.º 955, de 1994, que visava a aquisição de veículos destinado ao transporte diário dos alunos (FNDE, 2010, s/p). No entanto, o PNTE foi extinto e atualmente vigoram dois programas voltados para a política de transporte escolar: o Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE), estabelecendo o repasse de recursos aos entes federativos e ofertando o transporte escolar aos alunos da educação básica (Brasil, 2011); e o Programa Caminho da Escola, que visa a aquisição de veículos, tais como: ônibus, bicicletas e embarcações, buscando atender as especificidades da população camponesa (Brasil, 2007).

As dificuldades de acesso ao transporte escolar são evidenciadas pela precariedade dos veículos que, em sua maioria, são inadequados, sem manutenção e inseguros. Serra *et al.* (2008), destaca que muitos ônibus escolares estão sucateados. Como consequência, o rendimento escolar é comprometido, resultando em dificuldades de aprendizagem, desmotivação e frequentemente, abandono escolar.

Portanto, as contradições na Educação do Campo ameaçam a garantia dos direitos e a efetivação da política de transporte escolar, torna-se mais evidente compreender como a política pública de transporte escolar no Pará vem sendo retratada na literatura.

Percurso Metodológico

A abordagem desta pesquisa é qualitativa, tendo como base análise o corpus documental das normas, políticas, programas, projetos e ações para o transporte escolar promovido pelo Ministério da Educação (MEC). A análise documental consiste em “uma técnica importante na pesquisa qualitativa, seja complementando informações obtidas por outras técnicas ou desvelando aspectos novos de um tema ou problema” (Ludke & André, 1986, p. 38).

Com essa abordagem, foi possível identificar as ausências e lacunas referentes às temáticas Educação do Campo e a política de transporte escolar ao longo dos últimos quatorze

anos, abrangendo o período de 2009 e 2023. Este intervalo é importante, pois corresponde ao período de aprovação do programa Caminho da Escola, efetivado em 2007.

A revisão da literatura consistiu na seleção de dissertações, voltadas para a temática do transporte escolar na educação no campo. A base de dados utilizada foi a Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD). A coleta de dados ocorreu por meio do uso de palavras-chave, específicas: “transporte escolar”; “transporte escolar educacional no campo”; “transporte escolar” e “Amazônia”; “políticas públicas educacionais para o campo” e “educação no campo”. Após a coleta, os trabalhos foram selecionados com base na leitura dos títulos, resumos e objetivos. Foram identificadas 48 dissertações relevantes das quais 17 foram incluídas para análise (Quadro 1).

Quadro 1- Detalhamento da produção acadêmica acerca do tema “Educação no Campo: Análise da Política do Transporte Escolar”

Título	Tipo	Instituição	Ano
O Problema de Nucleação de Alunos no Transporte Escolar	Dissertação	Universidade Federal do Ceará/CE	2015
O Problema do Transporte Escolar Rural: Uma abordagem <i>Column-and-cut</i> para o Problema de Roteamento de Veículos Capacitado	Dissertação	Universidade Federal de Minas Gerais/MG	2015
Avaliação do Impacto do Transporte Escolar para alunos de uma Instituição Federal de Ensino	Dissertação	Universidade Federal do Rio Grande do Norte/RN	2016
Fechamento das Escolas Rurais e Consolidação do Transporte Escolar dos Assentados de São Domingos dos Olhos d'água: Morrinhos e Goiatuba (Goiás)	Dissertação	Universidade Estadual de Goiás/GO	2017
Contribuições ao planejamento da etapa técnico - econômica do transporte escolar rural	Dissertação	Universidade Estadual Paulista – UNESP /SP	2018
Política de Transporte Escolar e Nucleação de Escolas do Campo: Determinações Gerais e Especificidades na Educação do Município de Inhapi – AL (2010-2017)	Dissertação	Universidade Federal de Alagoas/AL	2019
O Impacto dos Recursos Aplicados no Transporte Escolar em Relação à Gestão Político-Financeira da Educação Básica: um Estudo do Financiamento da Educação em Municípios de Goiás	Dissertação	Pontifícia Universidade Católica de Goiás/GO	2019
O Transporte Escolar Público no Município de Diamantina-MG: a Prestação de Serviço na Escola Municipal Nathália Jesus Silva	Dissertação	Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri/MG	2020
Políticas Públicas Educacionais: a Educação do Campo e os Impactos da Multissérie na Educação Básica da Escola Municipal Conceição do Formoso, no Município de Santos Dumont – MG.	Dissertação	Universidade Federal de Juiz de Fora/MG	2020
As políticas Públicas de Educação Enquanto Campo Multidisciplinar	Dissertação	Universidade Federal de Alagoas - UFAL	2020
Auditorias Governamentais Afetam a Oferta do Transporte Escolar nos Municípios do Brasil	Dissertação	Universidade Federal rural de Pernambuco/PE	2020
A Atuação do Programa Caminho da Escola no Município de Cuitegi/PB: Significações para a	Dissertação	Universidade Federal da Paraíba-UFPB	2021

educação do campo			
Transporte Escolar em Região de Fronteira: Aplicação e Transferência de Meios Efetivos aos Alunos da Escola Municipal Caic “Padre Ernesto Sassida” e Cemei “Catarina Anastácio da Cruz”	Dissertação	Universidade Federal de Mato Grosso do Sul Campus do Pantanal	2021
Enfrenta o Banheiro que Hoje Tem Aula	Dissertação	Universidade Federal do Amazonas/AM	2021
EDUCAÇÃO DO CAMPO: Um estudo da política de nucleação e fechamento das escolas do campo no município de Cametá/ PA.	Dissertação	Universidade Federal do Pará	2021
NUCLEAÇÃO E FECHAMENTO DE ESCOLAS DO CAMPO: itinerários pelo direito à educação no Município de Baião/PA	Dissertação	Universidade Federal do Pará	2021
Transporte escolar: acesso e permanência dos alunos de escolas rurais e de tempo integral em Carmo do Paranaíba/MG	Dissertação	Universidade Federal de Juiz de Fora/MG	2022

Fonte: Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD). Adaptado pelo próprio autor

No Quadro 1, destacam-se as produções sobre a temática do transporte escolar que vêm especificamente do Ceará, Minas Gerais, São Paulo, Goiás e Mato Grosso. Na região norte existem somente 3 (1 Amazonas e 2 Pará), e essa lacuna da ausência de pesquisas voltadas para a região Amazônica, nos instigaram a desenvolver essa pesquisa, com intuito de relatar o descaso devido à falta de política para Educação do Campo e conseqüentemente com o transporte escolar, que prejudica o desenvolvimento dos estudantes e desvalorizando os saberes da comunidade campesina.

Os Desafios na Educação do Campo

A Educação do Campo surgiu como uma resposta para atender as especificidades das populações rurais, que historicamente foram negligenciadas pelo sistema educacional brasileiro. Desde a I Conferência Nacional por uma Educação Básica do Campo em 1988 o conceito de Educação do Campo foi integrado nas discussões de seminários nacionais como evidenciado por Caldart (2012). No entanto, mesmo com esse reconhecimento e a legislação que garante os direitos educacionais as populações que residem nos territórios do ainda persistem desafios.

Desde as décadas de 1980, os desafios da Educação do Campo têm se concretizado, especialmente no que diz respeito ao fechamento das escolas rurais, segundo Molina e Rocha (2014). E de acordo com Alentejano e Cordeiro (2019) a campanha nacional do MST contra o fechamento das escolas, evidencia a gravidade do problema, apontando que “de 1997 a 2018,

foram fechadas quase 80 mil escolas do campo”, no Brasil. O fechamento das escolas no campo, não apenas reduz as chances de acesso à educação para essa população, como também reflete a desvalorização da política pública com relação à valorização da vida e da identidade dos sujeitos do campo.

A presença de projetos que priorizam a expansão econômica em detrimento das necessidades locais, também se torna uma questão crítica. A lógica do lucro e a expansão dos negócios, afeta essas comunidades. Portanto, a resistência da população camponesa, contra tais projetos, como o fechamento das escolas, destaca as dificuldades enfrentadas para manter as tradições dessas populações em detrimento de um modelo econômico que não leva em consideração suas especificidades.

Peripolli e Zoia (2011, s/p), ressaltam que a luta contra o fechamento das escolas rurais simboliza a resistência dos camponeses, frequentemente “considerados atrasados”. No Estado do Pará, o fechamento das escolas revela um panorama preocupante, conforme relatado por Dias (2019) no período de 2000 a 2018, foram fechadas 7.513 escolas, das quais a maioria (6.158) estavam situadas em espaços rurais, enquanto 1.355 localizavam-se nas cidades. O fato de que a maioria das escolas fechadas estarem em território do campo, demonstra como as políticas educacionais desfavorecem proporcionalmente a alocação de recursos e investimentos entre o campo e a cidade, deixando o camponês desprovido ou limitado de acessar à educação.

Foschera; Silva e Cabral (2023) e Rotta (2010) apontam as limitações estruturais nas escolas, como a falta de laboratório, quadras poliesportivas e a climatização adequada. Também destaca a falta de recursos didáticos específicos para a Educação do Campo, como livros, materiais pedagógicos, projetos e programas. Essas limitações comprometem a capacidade de proporcionar uma educação que atenda às necessidades dos alunos e respeite a realidade dessas comunidades.

Além disso, D’Agostini e Vendramini (2014), analisaram que a perspectiva do empresariado vê a Educação do Campo como um meio de formar trabalhadores qualificados para o mercado global, especialmente no setor agroindustrial, somente para a geração de riqueza. Essa visão torna-se prejudicial, pois uniformiza a educação, se tornando uma ferramenta de integração ao mercado que serve aos interesses das classes dominantes deixando de atender as reais necessidades dessas comunidades camponesas.

As resistências dos movimentos sociais e das organizações comunitárias, são essenciais para o enfrentamento contra a imposição de políticas e práticas que desconsideram as particularidades dessas comunidades, evidenciando assim que os desafios enfrentados no campo são multifacetados e exigindo a necessidade de políticas educacionais que sejam sensíveis e garantam uma educação inclusiva.

Importância e fundamentação legal do transporte escolar

O transporte escolar é uma política educacional importante na garantia, acesso e permanência dos alunos das escolas do campo. Conforme estipulado na Constituição Federal, o transporte escolar é uma das formas de atendimento integral ao educando em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares, que incluem material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde (art. 208, inciso II) (Brasil, 1988).

De acordo com o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (2010), o PNTE visa:

contribuir financeiramente com os municípios e organizações não governamentais para a aquisição de veículos automotores zero quilômetro, destinados ao transporte diário dos alunos da rede pública de ensino fundamental residentes na área rural e das escolas de ensino fundamental que atendam alunos com necessidades educacionais especiais (Fundo Nacional Desenvolvimento, 2010, s/p).

Já o PNATE, criado em 2004, através da Lei n.º 10.880 (Brasil, 2004) e em 2007 foi criado, através da Resolução n.º 3/2007, o programa “Caminho da Escola” (Brasil, 2007). Essas iniciativas tem sido significativas para garantir aos alunos de áreas rurais o acesso à escola, ainda que cada realidade do campo brasileiro enfrente desafios específicos para garantir essa oferta.

Embora a legislação e os programas criados ofereçam um suporte financeiro e logístico importante, existem desafios na implementação desses programas. O valor per capita/ano do PNTE “varia entre 120,73 e 172,24 reais, conforme a área rural do município, considerando a população residente no campo e a posição que ocupa na linha de pobreza” (Brasil, 2012), podendo ser insuficiente para cobrir os custos mínimos com transporte escolar, principalmente em municípios mais pobres ou com infraestrutura precária.

Em conformidade com esses programas, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), nº 9.394/96, assegura no artigo 10 que os Estados deveriam assumir o transporte escolar da rede estadual, contudo não mencionava os da rede municipal, em virtude disso, a Lei nº 10.709/2003 acrescentou o inciso VI ao artigo da LDB, estabelecendo que os municípios devem assumir a responsabilidade do transporte escolar dos alunos da rede municipal.

Assim, a eficácia dos programas que garantem o transporte escolar, está intimamente ligada à infraestrutura das estradas e vicinais que dão acesso às escolas. Em muitas áreas rurais, as estradas são inadequadas, dificultando o transporte seguro dos educandos. Portanto, uma das estratégias para melhorar a locomoção é investir na melhoria da infraestrutura viária. No entanto, essas necessidades são negligenciadas, em favor de outros investimentos.

Principais Apontamentos da Literatura

A partir das 17 (dezesete) dissertações encontradas que abordam a temática do transporte escolar, foi possível identificar diversas perspectivas de análise. Apesar da nucleação das escolas do campo, Carmo (2016) e Corrêa (2021), destacam que o processo de nucleação das escolas no campo, resultam no fechamento de pequenas escolas, forçando os alunos a se deslocarem por longas distâncias para frequentar as escolas centralizadas.

Vianna (2020) argumenta que a política de nucleação vai contra os princípios da Educação do Campo, que privilegia demandas neoliberais em relação à gestão dos serviços públicos, negando aos sujeitos deste território o acesso à educação nas suas próprias localidades, próximo às suas residências e ao seu povo, impedindo-os de participar do processo de fortalecimento da cultura dos grupos sociais no qual estão inseridos.

Fernandes (2020) e Santos (2021), afirmam que a efetivação da nucleação de escolas do campo depende da política do transporte escolar. O Programa Caminho da Escola, contribuiu para o fechamento das escolas rurais, tensionando o direito dos estudantes a permanecerem em suas comunidades.

Nesse contexto de tensionamentos, Silva (2017) aponta que o fechamento das escolas rurais são ameaças à sobrevivência das comunidades rurais, pois o deslocamento forçado para as escolas urbanas, contribui para a negligência dos direitos já garantidos em lei,

desintegrando também essas comunidades e afetando as construções das identidades dessas populações.

Tavares (2019) aponta que tanto o transporte escolar quanto o processo de nucleação de escolas são dimensões da política educacional, especialmente na Educação do Campo, e ambos são influenciados pelas regras de mercado que têm orientado a ação do Estado brasileiro, nas diferentes esferas de governo.

Em se tratando da gestão do transporte escolar, Kloeckner (2015) aborda a relevância da gestão do transporte escolar, propõe a criação de programas governamentais que busquem solucionar a oferta do serviço de transporte, o planejamento e percurso do ônibus, a fim de atender satisfatoriamente a todos os alunos, a duração da viagem, o atendimento total da demanda, abrangendo os períodos letivos locais, bem como as condições das estradas e vicinais.

Outro ponto de vista considera como as políticas educacionais do campo afetam a qualidade da educação. Melo (2020) analisa o conhecimento na educação no campo, a partir da delimitação dos estudos sobre as políticas educacionais e como essas afetam a educação que vem sendo ofertada. Consoante a isso, Reis (2015) afirma que a população rural enfrenta ocorrência de afastamento e dificuldade no acesso a serviços públicos em geral, enfatizando que o acesso à educação perpassa pela disponibilização de um serviço de transporte escolar de melhor qualidade.

Vasconcelos (2021) analisou a garantia do acesso e à permanência das crianças e jovens na escola, destacando que a negação de direitos se materializa mediante a criação de políticas educacionais que, ao invés de valorizar a diversidade existente no campo, padronizam o ensino, como se as necessidades, costumes e prioridades fossem os mesmos.

Pereira e Souza (2018) analisaram os insumos básicos necessários para garantir/assegurar educação de qualidade nas escolas do campo, a partir da fala dos sujeitos, visando o cálculo do Custo-Aluno-Qualidade para as escolas do campo (CAQ - Campo) que se constitui como sendo um dos maiores desafios.

Em consonância com o exposto, Souza (2022) ressalta que a relação entre o transporte escolar e o acesso e permanência dos alunos que residem na zona rural é crucial. Foi observado que a restrição deste transporte diminui a eficácia das políticas públicas criadas para melhorar a qualidade do ensino.

Por esse viés, como expõe Gentil (2016), quanto maior a distância e a barreira física entre o educando e a instituição de ensino e mais baixa a situação financeira do aluno, maior é a dependência do transporte para se chegar à escola. Deste modo, Lins (2020) aborda que trabalhos dentro dessa temática reforçam que o transporte escolar afeta a assiduidade do aluno na escola. Aguilar (2021) caracteriza que no Brasil, para muitos alunos o transporte escolar não é opção, e sim o único meio de acesso e permanência na escola.

As pesquisas que abordam as escolas multisseriadas enfatizam um grande desafio para as escolas do campo: a Multissérie possui turmas compostas por alunos de diferentes idades, séries e níveis de aprendizagens, logo o período de escolarização está sob a regência de um docente. O fechamento das escolas multisseriadas no campo, afeta a identidade e a aprendizagem dos estudantes, que se mudam para a cidade e enfrentam discriminação, exclusão e descontinuidade pedagógica (Basso, 2013; Souza *et al.*, 2016).

Considerações Finais

Diante das questões aqui levantadas, dos autores estudados, do aporte teórico e dos dados apresentados, evidencia-se a relevância desta pesquisa para que possamos conhecer e compreender as políticas educacionais para o campo. Ponderando que a educação é por lei um direito social básico para todo cidadão brasileiro e a responsabilidade por sua oferta cabe aos entes federados.

Os principais apontamentos da literatura evidenciam que tanto a nucleação das escolas do campo quanto a gestão do transporte escolar são aspectos fundamentais na política educacional do campo. Tanto a nucleação, que leva ao fechamento das escolas locais e a centralização de outras, bem como a gestão do transporte escolar, que é essencial na garantia de acesso à educação, comprometem o direito à educação e o desenvolvimento dessas áreas rurais.

Apesar da Educação do Campo ser fundamentada nos princípios de igualdade, na realidade ainda enfrentam inúmeros desafios, incluindo a falta de infraestrutura adequada, escassez de recursos pedagógicos e necessidade de uma formação específica para esses professores. Além disso, a dispersão das comunidades rurais dificulta a oferta educacional e compromete o acesso regular e de qualidade ao ensino.

Nesse cenário, o transporte escolar é uma política necessária, pois permite que o estudante acesse a escola. No entanto, enfrenta problemas graves, como a falta de veículos adequados, estradas e vicinais em más condições e desafios climáticos. Esses desafios resultam em jornadas longas e perigosas para os alunos, comprometendo seu bem-estar, motivação e o desempenho escolar.

As políticas públicas que visam à implementação de programas, como o Caminho da Escola, buscam minimizar as dificuldades proporcionando assistência financeira e garantindo o acesso dos estudantes. Dessa forma, a relação entre os desafios da Educação do Campo e as dificuldades de acesso ao transporte escolar demonstram a necessidade de um compromisso contínuo e colaborativo. É essencial que os governos, comunidades locais e setores educacionais, trabalhem juntos para garantir igualdades educacionais para todos, independentemente de sua localização geográfica, considerando também as necessidades locais.

Portanto, observa-se que o transporte escolar é um fator essencial para o acesso e a permanência do aluno do campo no ambiente escolar, mas o que dificulta esse serviço é o descaso com a infraestrutura das estradas e vicinais e também os tipos de veículos utilizados. Pois, não basta apenas fornecer o transporte escolar a estes alunos, mas assegurar uma execução compromissada, e com veículos dignos.

Referências

Aguilar, M. M. S. (2021). *Transporte Escolar em região de fronteira: aplicação e transferência de meios efetivos aos alunos da escola municipal CAIC “Padre Ernesto Sassida” e CEMEI “Catarina Anastácio da Cruz”* (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande. Recuperado de: <https://repositorio.ufms.br/bitstream/123456789/3758/1/disserta%c3%87%c3%83o%20mabel%2024.05doc.pdf>. Acesso em: 12 out. 2023.

Alentejano, P., & Cordeiro, T. (2019). 80 mil escolas no campo brasileiro foram fechadas em 21 anos. *Brasil de fato*, 29 nov. Recuperado de: <https://www.brasildefato.com.br/2019/11/29/artigo-or-80-mil-escolas-no-campo-brasileiro-foram-fechadas-em-21-anos>. Acesso em: 25 jan. 2020.

Basso, J. D. (2013). As escolas no campo e as salas multisseriadas no estado de São Paulo: um estudo sobre as condições da educação escolar. *Revista HISTEDBR On-line*, 13(50), 311–311. 10.20396/rho.v13i50.8640313. Recuperado de: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8640313>. Acesso em: 29 ago. 2023.

Brasil. (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília/DF: Centro Gráfico do Senado Federal.

Brasil. (2004). *Lei n. 10.880, de 9 de Junho de 2004*. Institui o Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar (PNATE) e o Programa de Apoio aos Sistemas de Ensino para Atendimento à Educação de Jovens e Adultos e dá outras providências. Recuperado de: https://www.fnde.gov.br/fndelegis/action/UriPublicasAction.php?acao=abrirAtoPublico&sgl_tipo=LEI&num_ato=00010880&seq_ato=000&vlr_ano=2004&sgl_orgao=NI. Acesso em: 29 ago. 2023.

Brasil. (1996). *Lei n° 9.394, de 20 de dezembro de 1996*. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. Recuperado de: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm. Acesso em: 29 ago. 2023.

Brasil. (2007). Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. *Resolução n° 3, de 28 de março de 2007*. Cria o Programa Caminho da Escola e estabelece as diretrizes e orientações para que os municípios e estados possam buscar financiamento junto ao Banco de Desenvolvimento Social e Econômico – BNDES para aquisição de ônibus, miniônibus, micro-ônibus e embarcações enquadrados no Programa, no âmbito da Educação Básica. Brasília. Recuperado de: <http://www.fnde.gov.br>. Acesso em: 27 de ago. 2023.

Brasil. (2011). *Resolução n. 12 de 17 de março de 2011*. Estabelece os critérios e as formas de transferência de recursos financeiros do Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar (PNATE). Recuperado de: <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=115776>. Acesso em: 29 ago. 2023.

Brasil. (2012). *Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE)*. Brasília: FNDE. Recuperado de: <http://www.fnde.gov.br/programas/transporte-escolar/transporteescolar-apresentacao>. Acesso em: 29 ago. 2023.

Brasil, C., & Brasil. (2014). *Lei n° 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação-PNE e dá outras providências. Diário Oficial da União, 26, 1-7.*

Brasil, C., & Brasil. (2014). *Lei n° 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação-PNE e dá outras providências. Diário Oficial da União, 26, 1-7.*

Brasil, C., & Brasil. (2014). *Lei n° 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação-PNE e dá outras providências. Diário Oficial da União, 26, 1-7.*

Brasil, C., & Brasil. (2014). *Lei n° 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação-PNE e dá outras providências. Diário Oficial da União, 26, 1-7.*

Carmo, E. S. D. (2016). *A nucleação das escolas do campo no município de Curalinho - arquipélago do Marajó: limites, contradições e possibilidades na garantia do direito à educação* (Tese de Doutorado). Universidade Federal do Pará, Belém.

Caldart, R. S., Pereira, I. B., Alentejano, P., & Frigotto, G. (2012). *Dicionário da Educação do Campo*. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde. Joaquim Venâncio, Expressão Popular.

Caldart, R. S. (2004). Elementos para a construção do Projeto Político Pedagógico da Educação do Campo. In Molina, M., & Azevedo de Jesus, S. M. (Orgs). *Por uma educação do Campo: contribuições para a construção de um projeto de educação do campo*. Coleção Por Uma Educação do Campo, v. 05, Brasília: DF: Articulação Nacional Por Uma Educação do Campo.

Corrêa, V. S. (2021). *Educação do Campo: Um estudo da política de nucleação e fechamento das escolas do campo no município de Cametá/ PA* (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal do Pará, Cametá.

Dias, S. H. (2015). Crianças do campo: realidade em estudar em uma escola urbana no Município de Sinop-Mato Grosso. *Revista Eventos Pedagógicos*, 6(2), 218-230.

D'Agostini, A., & Vendramini, C. R. (2014). Educação do campo ou educação da classe trabalhadora? A perspectiva do empresariado, do estado e dos movimentos sociais organizados. *Reflexão e Ação*, 22(2), 299-322.

Fernandes, D. C. (2020). *O transporte escolar público no município de Diamantina-MG: a prestação de serviço na Escola Municipal Nathália Jesus Silva* (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Diamantina. Recuperado de: http://acervo.ufvjm.edu.br/jspui/bitstream/1/2534/1/danyelle_crystina_fernandes.pdf. Acesso em: 10 out. 2023.

Miranda da Silva, L., Antônio Foschiera, A., & Cabrera Cabral, J. P. (2023). Desafios da educação do campo: apontamentos em escolas municipais de Porto Nacional – TO. *PEGADA - A Revista da Geografia do Trabalho*, 24(1), 229–256.

Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. (2010). *Transporte Escolar/Dados Estatísticos*. Brasília. Recuperado em 29 agosto. Recuperado de: ftp://ftp.fnnde.gov.br/web/transporte_escolar/historico_pnte.pdf. Acesso em: 29 ago. 2023.

Gentil, R. F. C. (2016). *Avaliação do impacto do transporte escolar para alunos de uma Instituição Federal de ensino* (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Recuperado de: https://repositorio.ufrn.br/jspui/bitstream/123456789/25288/1/RafaelliFreireCostaGentil_DIS_SERT.pdf. Acesso em: 22 set. 2023.

Kloeckner, N. V. R. (2015). *O Problema de nucleação de alunos no transporte escolar*. (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal do Ceará, Fortaleza. Recuperado de: https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/13018/1/2015_dis_nvrkloeckner.pdf. Acesso em: 14 out. 2023.

Lins, A. C. A. C. (2020). *Auditorias governamentais afetam a oferta do transporte escolar nos municípios do Brasil?* (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife. Recuperado de:

<http://www.tede2.ufrpe.br:8080/tede2/bitstream/tede2/8673/2/Ana%20Carolina%20de%20Arjujo%20Cavalcanti%20Lins.pdf>. Acesso em: 18 out. 2023.

Lüdke, M., & André, M. E.D.A. (1986). *Pesquisa em educação: abordagens qualitativas*. São Paulo: EPU. Recuperado de: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4091392/mod_resource/content/1/Lud_And_cap3.pf. Acesso em: 12 jul. 2024.

Melo, D. M. (2020). *As políticas públicas de educação enquanto campo multidisciplinar*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Alagoas. Programa de Pós-Graduação em Educação. Maceió. Recuperado de: <https://www.repositorio.ufal.br/bitstream/riufal/6905/1/As%20pol%20c3%a7%20adicas%20p%20c3%a9%20blicas%20de%20educa%20c3%a7%20a3o%20enquanto%20campo%20multidisciplinar.pdf>. Acesso em: 3 nov. 2023.

Molina, M. C., & Jesus, S. M. A. (2004). *Contribuições para a construção de um projeto de educação do campo*. Brasília-DF: Articulação Nacional Por uma Educação do Campo. Recuperado de: <https://www.gepec.ufscar.br/publicacoes/livros-e-colecoes/livros-gepec/educacao-rural-no-brasil-do-ruralismo-pedagogico.pdf/view>. Acesso em: 06 out.2023.

Molina, M. C. R., & Antunes, M. I. (2014). Educação do campo: história, práticas e desafios no âmbito das políticas de formação de educadores – reflexões sobre o Pronera e o Procampo. *Revista Reflexão e Ação*, 22(2), 220-253.

Rotta, M., & Onofre, S. B. (2010). Perfil da educação do campo: na escola do São Francisco do Bandeira no Município de Dois Vizinhos – PR. *Educação*, 33(1), 97-112. Recuperado de: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/faced/article/view/5579>. Acesso em: 29 ago. 2023.

Santos, F. R., & Silva, A. M. (2016). Fechamento das escolas rurais e transporte escolar no município de Morrinhos/GO. *Interfaces da Educação*, 7(21), 23–42.

Santos, L. A. D. (2021). *A atuação do programa caminho da escola no município de Cuitegi/PB: significações para a educação do campo* (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa. Recuperado de: https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/21625?locale=pt_BR. Acesso em: 02 nov. 2023.

Silva, A. M. D. (2017). *Fechamento das escolas rurais e consolidação do transporte escolar dos assentados de São Domingos dos Olhos D'água: Morrinhos e Goiatuba (Goiás)* (Dissertação de Mestrado). Universidade Estadual de Goiás, Morrinhos. Recuperado de: <https://www.bdt.d.ueg.br/handle/tede/1142>. Acesso 18 out. 2023.

Souza, M. A. (2021). Educação e contradição no campo: e as escolas públicas? *Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação*, 16(2), 231-252. <https://doi.org/10.21723/riaee.v16iesp2.15123>.

Serra, T; *et al* (2008). *O Acesso às Escolas do Campo e o Transporte Escolar*. Trabalho de Conclusão de Curso, Licenciatura e Bacharelado em Ciências Biológicas, da Universidade do Estado de Mato Grosso, campus Tangará da Serra. Disponível em: http://need.unemat.br/4_forum/artigos/ester.pdf. Acesso em 12 de Jul. 2023.

Souza, E. C. *et al.* (2016). Ritos de passagem de estudantes de classes multisseriadas rurais nas escolas da cidade. *Roteiro*, 41(1), 219-240. Recuperado de: <https://www.redalyc.org/journal/3519/351964732012/html/>. Acesso em: 29 ago. 2023.

Souza, W.E.D. (2022). *Transporte escolar: acesso e permanência dos alunos de escolas rurais e de tempo integral em Carmo do Paranaíba/MG* (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora. Recuperado de: <https://repositorio.ufjf.br/jspui/handle/ufjf/248>. Acesso em: 19 out. 2023.

Tavares, J. M. S. (2019). *Política de transporte escolar e nucleação de escolas do campo: determinações gerais e especificidades na educação do município de Inhapi-AL (2010-2017)* (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal de Alagoas, Maceió.

Vasconcelos, A. F. (2021). *Nucleação e fechamento de Escolas do Campo: itinerários pelo direito à educação no Município de Baião/PA* (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal do Pará, Cametá. Recuperado de: <file:///c:/users/particular/onedrive/%c3%81rea%20de%20trabalho/material%20para%20disserta%c3%87%c3%83o%20do%20mestrado/disserta%c3%87%c3%83o%20areli%20%20ferreira%20vasconcelos%20.pdf>. Acesso em: 14 set. 2023.

Viana, D. P. A. A. (2020). *Políticas públicas educacionais: a educação do campo e os impactos da multissérie na educação básica da Escola Municipal Conceição do Formoso, no município de Santos Dumont-MG* (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora. Recuperado de: <https://repositorio.ufjf.br/jspui/bitstream/ufjf/13875/1/deivianepriscilaamaralaraujovianna.pdf>. Acesso em: 02 out. 2023.

Informações do Artigo / Article Information

Recebido em: 29/11/2024
Aprovado em: 25/06/2024
Publicado em: 14/08/2025

Received on November 29th, 2024
Accepted on June 25th, 2024
Published on August, 14th, 2025

Contribuições no Artigo: Os(as) autores(as) foram os(as) responsáveis por todas as etapas e resultados da pesquisa, a saber: elaboração, análise e interpretação dos dados; escrita e revisão do conteúdo do manuscrito e; aprovação da versão final publicada.

Author Contributions: The author were responsible for the designing, delineating, analyzing and interpreting the data, production of the manuscript, critical revision of the content and approval of the final version published.

Conflitos de Interesse: Os(as) autores(as) declararam não haver nenhum conflito de interesse referente a este artigo.

Conflict of Interest: None reported.

Avaliação do artigo

Artigo avaliado por pares.

Article Peer Review

Double review.

Agência de Fomento

Não tem.

Funding

No funding.

Como citar este artigo / How to cite this article

APA

Caldas, E. C., & Carmo, E. S. (2025). Educação do Campo: Impactos da nucleação e do transporte escolar na garantia de acesso à educação. *Rev. Bras. Educ. Camp.*, 10, e19489.

ABNT

CALDAS, E. C.; CARMO, E. S. Educação do Campo: Impactos da nucleação e do transporte escolar na garantia de acesso à educação. **Rev. Bras. Educ. Camp.**, Tocantinópolis, v. 10, e19489, 2025.